

CONSELHO GERAL

DELIBERAÇÃO Nº 01/CGISArC/2017

Reunido na sua Segunda Sessão Ordinária, no dia 21 de Dezembro de 2017, o Conselho Geral apreciou a Proposta de Regulamento Pedagógico Revisto, submetida pela Direcção Central para a Área Científico-Pedagógica, com o fundamento no previsto na al. q) do nº 1 do art. 16 do Estatuto Orgânico do ISArC.

Nesta conformidade, ao abrigo das competências fixadas na al. g) do nº 1 do art. 13 do Estatuto Orgânico conjugado com al. g) do nº 1 do artigo 8 do Regulamento do Conselho Geral, o Conselho Geral delibera:

1. É aprovado o novo *Regulamento Pedagógico do Instituto Superior de Artes e Cultura*, revisto, em anexo e que faz parte integrante da presente deliberação.
2. O presente Regulamento entra em vigor trinta dias após a data da sua aprovação.

Aprovada pelo Conselho Geral, em 21 de Dezembro de 2017.

Publique-se.

O Presidente

Dr. Filimone Manuel Meigos
(Director Geral do ISArC)





INSTITUTO SUPERIOR DE ARTES E CULTURA

REGULAMENTO PEDAGÓGICO

INDICE

Introdução

Capítulo I – Dos Conceitos e Disposições Gerais

Capítulo II – Do Ingresso e da Matrícula

Capítulo III – Da Inscrição e Nível Académico

Capítulo IV - Da Mudança de Curso

Capítulo V – Não Conversão e Irreversibilidade de Regimes de Ingresso

Capítulo VI - Da Frequência às Actividades Curriculares

Capítulo VII - Da Avaliação do Estudante

Capítulo VIII – Da Equivalência das Disciplinas

Capítulo IX – Da Culminação de Estudos

Capítulo X - Do Comportamento Disciplinar

Capítulo XI - Das Disposições Finais

1. INTRODUÇÃO

O Instituto Superior de Artes e Cultura tem como missão principal a formação de técnicos de nível superior, capazes de produzir, aplicar e difundir criativamente as artes e cultura, a ciência e a técnica ao serviço do desenvolvimento do país e do mundo.

Para a concretização deste grande objectivo, é indispensável a existência de uma legislação adequada, que permita regulamentar da melhor forma os processos conducentes a realização deste grande objectivo. De entre os regulamentos importantes e necessários está o Regulamento Pedagógico.

O presente Regulamento Pedagógico contém, assim, os princípios, definições, normas e procedimentos a serem observados, especialmente pelos docentes e estudantes universitários, no processo de desenvolvimento das actividades académicas nas diferentes unidades da ISArC onde o processo de ensino tem lugar, para que se estabeleçam as relações e interacções que permitam realizar a harmoniosa integridade académica que deve caracterizar o processo de ensino e aprendizagem.

Este regulamento é aplicável a todos os cursos de graduação oferecidos pelo Instituto Superior de Artes e Cultura, independentemente do seu regime (diurno ou nocturno). Dada a existência de actividades curriculares com um carácter mais ou menos específico e como forma de cobrir aspectos não tratados por este regulamento, as respectivas unidades orgânicas, em coordenação com a Direcção Central para área Científico-Pedagógica, poderão propor e submeter para apreciação e aprovação pelos órgãos competentes do Instituto Superior de Artes e Cultura, legislação específica como complemento ao presente regulamento.

O disposto neste regulamento não é extensivo às actividades que têm lugar nos programas de culminação de estudos, as quais são geridas por regulamentação específica.

CAPÍTULO I

SECÇÃO I

Conceitos

Artigo 1

Crédito Académico – é a unidade de medida de trabalho realizado com sucesso pelo estudante, sob todas as suas formas, para alcançar os resultados da aprendizagem prevista numa disciplina.

Resultados da Aprendizagem - são as competências que se esperam que os estudantes adquiram ao concluírem com sucesso, uma disciplina.

Semestre Curricular – é o tempo que compreende o período lectivo e a época de exames.

Disciplina – é a unidade curricular específica através da qual se estima o alcance dos resultados de aprendizagem do plano curricular;

Actividades Curriculares da Disciplina – são aulas teóricas, práticas, laboratoriais e ou de experimentação, estágios parciais, profissionais, curriculares e outros, dentro da mesma disciplina;

SECÇÃO II

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 2

1. Os cursos organizam-se pelo sistema de créditos curriculares, nos termos legais.
2. O grau de licenciatura corresponde ao 1º ciclo de formação e é atribuído a quem obtiver aprovação no mínimo de 150 créditos, no período estabelecido pelo programa proposto pelas faculdades ao abrigo da Lei.
3. Para efeitos de determinação de número de créditos por disciplina ou actividade curricular, estabelece-se uma unidade de crédito académico como tendo 25 horas.
4. O regime normal dos cursos pressupõe a divisão do ano lectivo em dois semestres curriculares, que tem 19 (dezanove) semanas lectivas, incluindo a semana dos exames, salvo razões extraordinárias que justifiquem solução diferente.
5. O volume total anual de trabalho do estudante, é fixado num mínimo de 1000 horas e um máximo de 1500 horas.
6. Os planos curriculares em vigor e a carga horária semanal das disciplinas são fixados, para cada curso, não devendo o volume total de trabalho do estudante exceder 40 horas semanais.
7. Cada disciplina corresponde a uma unidade temático-didáctica bem definida.

8. As disciplinas em conformidade com o plano, podem ter uma duração semestral ou anual, correspondendo este último, a dois semestres lectivos do mesmo ano.
9. Mediante proposta homologada pela faculdade, permite-se:
 - a) O agrupamento de disciplinas de um semestre;
 - b) Que as disciplinas funcionem em forma modular.

CAPÍTULO II
INGRESSO E MATRÍCULA
SECÇÃO I
INGRESSO

Artigo 3

1. O ingresso ao Instituto Superior de Artes e Cultura está condicionado à prestação de provas de exame de admissão, cujo processo é regido por disposições específicas.
2. As condições de acesso e outros requisitos para o ingresso ao ISArC constam da legislação em vigor e da informação divulgada anualmente nos editais sobre os exames de admissão.

Artigo 4

Não são abrangidos pelo artigo 3 os indivíduos que pretendem ingressar no ISArC:

- a) Ao abrigo de acordos de cooperação firmados pelo ISArC com universidades, instituições ou organismos de outra natureza, cujos procedimentos serão acordados casuisticamente por via de acordos;
- b) Em regime especial, regido por legislação específica.

Artigo 5

O ingresso de indivíduos que tenham frequentado ou se encontrem a frequentar outras instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras, será regido por legislação específica.

Artigo 6

O acesso aos cursos oferecidos pelo ISArC, por via de exames de admissão ou por outra forma prevista na lei, deve ser confirmado pela matrícula.

SECÇÃO II

MATRÍCULA

Artigo 7

A matrícula é o acto pelo qual se confirma o ingresso no ISArC e somente deste acto emerge um vínculo jurídico entre o estudante e o ISArC de que decorrem direitos e deveres.

Artigo 8

Só os candidatos admitidos ao ISArC, de acordo com os critérios fixados para o efeito, podem efectuar a sua matrícula, com a observância dos prazos divulgados pelo ISArC e nos órgãos de informação.

Artigo 9

1. O candidato admitido que, após a sua admissão ao ISArC, não formalizar a matrícula no ano correspondente à sua admissão, num prazo de sete (7) dias após o término desta, perde o direito de ingresso, sendo a vaga deixada livre preenchida pelo candidato melhor posicionado na lista de apuramento do curso em questão segundo critérios a serem definidos em regulamento específico.
2. O estudante que perder a matrícula deverá submeter-se novamente ao processo de admissão, caso deseje ingressar na instituição.

SECÇÃO III

PROCEDIMENTOS DA MATRÍCULA

Artigo 10

1. A matrícula realiza-se nos Serviços Centrais de Registo Académico do ISArC e tem lugar somente uma única vez.
2. Ela tem validade durante todo o período de formação do estudante, definido no artigo 21.
3. No acto da matrícula o estudante deve exhibir a cópia autenticada do Bilhete de Identidade ou equivalente, a cópia autenticada da certidão de habilitações e pagar a respectiva taxa;
4. Para além dos documentos referidos no número anterior, o estudante deve entregar:
 - a) Boletim de matrícula devidamente preenchido;
 - b) Certidão de nascimento;
 - c) Atestado de saúde que confirme a ausência de doença contagiosa;

- d) Fotocópia autenticada do Bilhete de Identidade ou do DIRE, conforme se trate de cidadão nacional ou estrangeiro;
- e) Fotocópia autenticada da certidão de habilitações;
- f) Duas fotografias tipo passe;
- g) Declaração Militar.

Artigo 11

1. A matrícula por si só não confere ao estudante o direito de frequentar o ISArC, sendo necessário proceder à inscrição nas disciplinas que pretende frequentar num dado semestre.
2. O estudante pode, querendo, solicitar a anulação da matrícula, sendo o seu reingresso feito por renovação da matrícula.

CAPÍTULO III

INSCRIÇÃO E NÍVEL ACADÉMICO

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 12

Inscrição é o acto pelo qual o estudante se regista nas disciplinas que pretende frequentar.

Artigo 13

1. No acto da inscrição, ao seleccionar as disciplinas que pretende frequentar, o estudante deverá respeitar o regime de precedências estabelecido em cada curso bem como noutros regulamentos em vigor no ISArC.
3. O estudante pode inscrever-se em disciplinas de um outro curso ministrado dentro da própria instituição ou em disciplinas de cursos ministrados em outros estabelecimentos de ensino, sem prejuízo do disposto no plano de estudos.
4. A inscrição referida no número anterior é permitida apenas para as disciplinas não ministradas no curso em que o estudante estiver matriculado no ISArC.

5. A gestão das inscrições em diferentes disciplinas, é da exclusiva responsabilidade do estudante, devendo este, submeter-se às disposições de funcionamento das turmas e turnos em cujas disciplinas se inscreve.

Artigo 14

A inscrição realiza-se no período estabelecido semestralmente no calendário académico, na faculdade que administra o curso em que o estudante se encontra inscrito.

SECÇÃO II PROCEDIMENTOS

Artigo 15

1. A inscrição é feita mediante preenchimento de impresso previsto para tal e pagamento de uma taxa correspondente às disciplinas que o estudante pretende frequentar.
2. As inscrições que violem o disposto nos artigos 12, 13 e 14 deste regulamento serão anuladas automaticamente.

SECÇÃO III PRECEDÊNCIAS

Artigo 16

O estudante pode inscrever-se em disciplinas subsequentes quando tenha obtido aprovação nas disciplinas precedentes.

SECÇÃO IV ANULAÇÃO DE INSCRIÇÃO

Artigo 17

1. O estudante pode anular as inscrições até 20 dias após o início da docência de cada disciplina, por requerimento dirigido ao Director Geral Adjunto para Área Científico-Pedagógica.
2. A inscrição também pode ser liminarmente anulada sob proposta dos Serviços Centrais do Registo Académico em caso de incumprimento das normas administrativas e financeiras em vigor.

Artigo 18

A anulação de inscrição nos termos do artigo 15 não dá direito a reembolso da taxa de inscrição paga.

SECÇÃO V

REINGRESSO

Artigo 19

1. No caso de anulação da matrícula, o estudante pode reingressar no mesmo curso nos anos lectivos seguintes, desde que cumpra as obrigações previstas e haja disponibilidade de vagas.
2. O reingresso é feito por renovação da matrícula.
3. Em caso de mudança de currículo, o ano de reingresso é determinado na base do plano de equivalências e de precedências das disciplinas feitas.

SECÇÃO VI

NÍVEL ACADÉMICO

Artigo 20

O nível académico é a posição em que o estudante se encontra no que respeita ao cumprimento do plano de estudos do curso que frequenta.

Artigo 21

O nível académico do estudante é definido pelo ano do plano de estudos a que pertencem as disciplinas mais avançadas em que o estudante estiver inscrito, desde que não tenha em atraso mais de duas disciplinas de anos anteriores.

SECÇÃO VII

TEMPO DE ESTUDOS

Artigo 22

O estudante que se matricula num dos cursos oferecidos pelo Instituto Superior de Artes e Cultura dispõe de um período de tempo para completar os seus estudos, igual ao período de duração do curso previsto no respectivo plano curricular mais dois (2) anos.

Artigo 23

1. O estudante que não concluir o seu curso no tempo de estudos estipulado no artigo anterior, será penalizado com o agravamento das taxas de inscrição e outras previstas na lei, até um período máximo de um (1) ano.

2. O estudante que não concluir o seu curso após o período definido no número 1 deste artigo perde o direito de frequentar esse curso.
3. O estudante poderá estudar no Instituto Superior de Artes e Cultura num outro curso obedecendo as condições de ingresso previstas.
4. O período de extensão para conclusão do curso referido no número um do presente artigo não abrange os estudantes bolsheiros do ISArC, os quais, ultrapassando o período de sua formação perderão automaticamente o direito à bolsa concedida.

CAPÍTULO IV

MUDANÇA DE CURSO

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 24

Mudança de curso é o processo de alteração do vínculo que liga o estudante a um determinado curso para um outro curso, sem prejuízo das disposições regulamentares em vigor no ISArC.

Artigo 25

O pedido de mudança de curso é da exclusiva responsabilidade do estudante, devendo ser respeitados os prazos estabelecidos para o efeito.

Artigo 26

Autorizada a mudança de curso, o estudante pode requerer equivalência das disciplinas do curso anterior às disciplinas do curso que deseja frequentar.

Artigo 27

Autorizado o pedido de mudança de curso, o tempo de estudos no novo curso será determinado de forma análoga a usada para os estudantes abrangidos pelo artigo 22.

SECÇÃO II

PROCEDIMENTOS

Artigo 28

1. O estudante pode mudar de um curso para o outro por requerimento dirigido ao Director-Geral Adjunto para Área Científico-Pedagógica.
2. O pedido de mudança de curso deve ser acompanhado de cópia da ficha de rendimento pedagógico do estudante.

Artigo 29

1. A mudança de curso está condicionada à:
 - a) Cumprimento dos requisitos de acesso ao curso pretendido, incluindo o certificado da 12ª classe ou equivalente e outros critérios de admissão aplicados ao curso pretendido no ano de candidatura;
 - b) Existência de vagas;
2. Na atribuição de vagas, os novos ingressos terão prioridade sobre os pedidos de mudança de curso.

SECÇÃO III

MUDANÇAS DE CURSO VIA EXAME DE ADMISSÃO

Artigo 30

1. O estudante, se o desejar, poderá mudar de curso submetendo-se aos exames de admissão com o fim de mudar de curso;
2. A mudança de curso por via de admissão está também condicionada aos termos da alínea a) do Artigo 29 do presente regulamento;
3. Autorizada a mudança de curso, o estudante pode solicitar a equivalência das disciplinas já frequentadas com aproveitamento positivo;
4. Na mudança de curso por via de exame de admissão, o estudante fica sujeito à contabilização do tempo em que beneficiou de bolsa de estudo no curso anterior, na contagem do tempo estipulado na lei para usufruir da bolsa de estudos, no caso de estudantes bolseiros.

Artigo 31

A formalização da mudança de curso realiza-se pela inscrição no novo curso, como disposto nos Artigos 12, 13 e 14 do presente regulamento.

CAPÍTULO V
NÃO CONVERSÃO E IRREVERSIBILIDADE DE REGIMES DE INGRESSO

SECÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 32

1. Os ingressos nos regimes diurno ou pós-laboral, em princípio não são convertíveis e não podem ser reversíveis.
2. Excepcionalmente poderá ser concedida:
 - a) Autorização de mudança de regime mediante permuta com outro estudante;
 - b) Autorização de frequência de disciplinas em outro regime;
 - c) Autorização de mudança de regime por motivos de força maior.

SECÇÃO II
PERMUTA COM OUTRO ESTUDANTE

Artigo 33

1. O pedido de permuta deverá ser formulado em requerimento dirigido ao Director da Faculdade que administra o curso, por cada estudante interessado.
2. Os estudantes interessados deverão estar inscritos em regimes distintos e no mesmo nível académico.
3. Com a autorização da permuta, os requerentes ficam obrigados ao pagamento da taxa de mudança de regime de acordo com o previsto nos regulamentos específicos do curso pós-laboral, para além de outros emolumentos previstos na lei.
4. Os requerentes só poderão frequentar às aulas, nos novos regimes, quando obtiverem a devida autorização.
5. Salvo o disposto nos artigos seguintes, a permuta só se torna efectiva se, num período de dois (2) meses após a autorização, não houver desistência por parte do estudante que ingressa no regime pós-laboral.

SECÇÃO III
FREQUÊNCIA DE DISCIPLINAS EM OUTRO REGIME

Artigo 34

1. Os estudantes do último nível do curso, e que não tenham disciplinas ou actividades curriculares em atraso, poderão mediante requerimento ao Director da Faculdade que administra o curso, serem autorizados a frequentar, num outro regime, duas (2) disciplinas ou actividades curriculares do primeiro semestre desse mesmo nível, realizando também as avaliações exigidas, sem que isso altere o regime da sua inscrição.
2. Os estudantes visados no número anterior, são obrigados a apagar a taxa de mudança de regime.
3. Tratando-se de estudantes do regime pós-laboral, que estando inscrito em outras disciplinas ou actividades curriculares do regime pós-laboral, frequentem disciplinas ou actividades curriculares no regime diurno, nos termos do número 1 deste artigo, ficam também obrigados a assumir os encargos financeiros do regime pós-laboral.

Artigo 35

Actos fraudulentos cometidos para obter a mudança de regime, ou assistir aulas num outro regime, sem a devida autorização, serão penalizados nos termos do previsto no artigo 104 do presente regulamento.

CAPÍTULO VI
FREQUÊNCIA ÀS ACTIVIDADES CURRICULARES
SECÇÃO I
PRESENÇA EM ACTIVIDADES CURRICULARES

Artigo 36

1. É obrigatória a presença dos estudantes às actividades que forem definidas em cada disciplina ou actividade curricular, no respectivo programa, e anunciadas aos estudantes no início do seu leccionamento.
2. O estudante que faltar o equivalente a 25% ou mais da carga horária das actividades definidas como obrigatórias é excluído do exame dessa disciplina ou actividade curricular.
3. O estudante inscrito pode não frequentar as aulas de uma disciplina desde que tenha nela sido admitido ao exame no ano anterior e conste na lista das disciplinas arroladas para o efeito.

4. Em caso de viagem que implique aprendizagem na área de sua formação, o estudante deve apresentar os respectivos comprovativos para efeito de atribuição dos respectivos créditos à luz do previsto no Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos (SINATCA).
5. A atribuição da equivalência em créditos às actividades de aprendizagem referidas no número anterior carece de avaliação e aprovação pelo Director da Faculdade ouvido o respectivo professor da disciplina em causa.

Artigo 37

Compete ao docente que lecciona a disciplina ou actividade curricular ou orienta a actividade curricular, controlar a presença dos estudantes nas actividades curriculares obrigatórias, por via da lista de presenças.

SECÇÃO II

FALTAS ÀS PROVAS DE AVALIAÇÃO

Artigo 38

O estudante que faltar a um teste poderá requerer a 2ª chamada ao Director da Faculdade, respeitando os seguintes procedimentos:

- a) Apresentação do requerimento após o seu regresso às aulas desde que tal não ocorra trinta dias antes da realização da avaliação seguinte;
- b) Apresentação da devida justificação suportada por documentos comprovativos emitidos por fontes idóneas.

Artigo 39

A decisão sobre o pedido referido no artigo anterior terá em conta o parecer do regente da disciplina ou do docente que lecciona a disciplina. O Director de Curso pode, quando delegadas as funções, deferir ou não este pedido.

SECÇÃO III

FALTAS ÀS PROVAS DE EXAME FINAIS

Artigo 40

1. A falta de comparência às provas de exame é considerada reprovação.

2. O estudante que reprova no exame normal efectua a 2ª chamada, o exame de recorrência, mediante o pagamento da taxa correspondente junto aos Serviços Centrais do Registo Académico.
3. Nos termos do presente artigo entende-se por exames finais, o exame normal, o exame de recorrência, o exame extraordinário e o exame especial da disciplina. Os exames normal e de recorrência têm lugar numa época de exames única, cujas datas são anunciadas anualmente através do Calendário Académico do ISArC.
4. Designa-se por exame extraordinário ao exame que o estudante pode ser autorizado a realizar em caso deste ter faltado ao exame de recorrência ocorrendo um dos motivos previstos no número três do artigo 62 do presente regulamento.
5. Designa-se por exame especial ao exame que o estudante do último ano do curso pode ser autorizado a realizar, fora do período estabelecido no Calendário Académico, sem prejuízo dos demais dispositivos do presente regulamento.
6. Compete ao Director da Faculdade que administra o curso autorizar a realização dos exames extraordinário e especial, ouvido o regente da disciplina do exame requerido.

SECÇÃO IV

CONTROLE DE EXECUÇÃO E PRESENÇA NAS ACTIVIDADES CURRICULARES

Artigo 41

1. Compete ao docente que lecciona a disciplina ou actividade curricular:
 - a) Controlar a presença dos estudantes nas actividades curriculares obrigatórias, por via de lista de presenças;
 - b) Preencher o livro de sumário de turma, no fim de cada aula ou outra actividade curricular, registando o tipo e o nível de execução da actividade realizada.
2. Compete ao Director de Curso controlar o nível de execução do programa temático da disciplina, actividade curricular ou outra actividade curricular da turma.

CAPÍTULO VII
AVALIAÇÃO DO ESTUDANTE
SECÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 42

A avaliação é o conjunto de procedimentos e operações inseridas no processo pedagógico, consistindo na recolha e sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa sobre os estudantes, visando formular juízos de valor sobre o cumprimento dos objectivos de ensino e aprendizagem fixados no plano de estudo do curso.

Artigo 43

A avaliação dos estudantes cumpre os seguintes objectivos pedagógicos:

- a) Verificar a existência dos pré-requisitos necessários à aprendizagem de conteúdos ou matérias novas;
- b) Comprovar o grau de desenvolvimento e assimilação dos conhecimentos, capacidades, hábitos e atitudes correspondentes aos objectivos da disciplina, actividade curricular e curso;
- c) Controlar o processo de ensino e aprendizagem, com vista a comprovar a adequação dos conteúdos, métodos e meios de ensino;
- d) Identificar as dificuldades ou insuficiências de aprendizagem dos estudantes, bem como as causas do insucesso académico;
- e) Estimular o estudo regular e sistemático dos estudantes;
- f) Apurar o rendimento académico de cada estudante, no fim do semestre, ano lectivo ou curso.

Artigo 44

As bases para a avaliação são os objectivos e os conteúdos correspondentes a cada actividade curricular expressa em cada plano analítico da disciplina e ao currículo no seu conjunto.

Artigo 45

1. A avaliação do rendimento académico do estudante far-se-á de maneira quantitativa e qualitativa.
2. A avaliação quantitativa será feita na base de índices numéricos correspondentes a uma escala de 0 a 20 valores, de acordo com o disposto no artigo 48.

3. A avaliação do tipo qualitativa deve, em devido tempo, ser convertida em avaliação quantitativa, de acordo com os indicadores do artigo 48, para que ela possa ser facilmente incorporada no cálculo da avaliação global do estudante nessa disciplina ou actividade curricular.

Artigo 46

As formas e tipos de avaliação, qualitativa e quantitativa, previstas em algumas actividades curriculares devem constar dos programas analíticos da respectiva disciplina ou actividade curricular e carecem de aprovação do Conselho de Faculdade dessa unidade orgânica.

Artigo 47

É da responsabilidade do docente responsável pelo leccionamento da disciplina, informar aos estudantes através do plano analítico sobre as formas de avaliação aprovadas para essa disciplina ou actividade curricular, no início da leccionação da disciplina ou actividade curricular.

Artigo 48

A avaliação quantitativa, com base na escala de 0 a 20 valores, deverá obedecer ao disposto em seguida:

- a) **19 à 20** - O estudante domina de forma excelente o conteúdo de conhecimentos em todos os seus aspectos, gerais ou específicos; apresenta-os oralmente ou por escrito, com clareza, rigor e criatividade; dá provas de um pensamento independente, seguro, eficaz e criativo na resolução dos respectivos problemas.
- b) **17 à 18** - O estudante domina o respectivo conteúdo de conhecimentos nos seus aspectos gerais e específicos; apresenta-os oralmente ou por escrito, com clareza e rigor; dá provas de pensamento independente e de criatividade; apenas ocasionalmente comete erros em questões de detalhe e secundárias; aborda os problemas respectivos com segurança, rapidez e eficiência.
- c) **14 à 16** - O estudante tem conhecimentos sistematizados da estrutura da respectiva matéria; apresenta-os de forma fluente e correcta; no tratamento dessas matérias, trabalha independentemente e precisa de pouca ajuda; comete poucos erros em aspectos não essenciais; aborda os problemas respectivos com segurança e eficiência.
- d) **10 à 13** - O estudante tem conhecimentos sistematizados da estrutura fundamental da matéria; precisa de alguma ajuda no tratamento dessas matérias; comete por vezes erros em aspectos não essenciais; aborda os problemas respectivos com pouca segurança.

- e) **0 à 9** - O estudante não cumpre com as exigências das respectivas disciplinas ou actividades curriculares.

Artigo 49

Nos termos do presente regulamento, o sistema de avaliação prevê:

- a) Avaliação de frequência;
- b) Avaliação final de disciplina ou de actividade curricular;
- c) Avaliação final de curso.

Artigo 50

- 1. Os testes e exames são realizados em instalações do ISArC ou nos locais onde este ministra os seus cursos.
- 2. Em casos devidamente justificados, os mesmos poderão ser realizados em outras instalações, mediante autorização do Director da faculdade que administra o curso.

Artigo 51

- 1. As provas de frequência e de exame são arquivadas na faculdade ou departamento que lecciona a disciplina, por um período de três (3) anos.
- 2. Todas as provas de frequência, avaliação final de disciplina ou de actividade curricular, incluindo propostas de projectos desenvolvidos pelos estudantes durante a sua formação, constituem direitos patrimoniais do ISArC e não são passíveis de devolução, salvo no tocante aos direitos não patrimoniais que são pertença exclusiva do estudante.

Artigo 52

O estudante tem o direito de receber, quando o solicitar e independentemente do nível académico que lhe seja atribuído no momento, a declaração das disciplinas feitas, da carga horária, da conduta académica e outros conforme o cumprimento do plano de estudos do seu curso, desde que tenham sido cumpridas todas as suas obrigações para com a instituição.

SECÇÃO II

DURAÇÃO DE AVALIAÇÃO

Artigo 53

1. A duração da avaliação escrita de frequência não pode, em regra, ser superior a três horas.
2. A duração do exame escrito não pode exceder três horas.
3. A duração do exame oral não pode exceder trinta minutos.
4. Os limites máximos estabelecidos nos números anteriores não são aplicáveis quando tal decorra dos respectivos planos de estudo das disciplinas.

SECÇÃO III

AVALIAÇÃO DE FREQUÊNCIA

Artigo 54

A avaliação de frequência é uma actividade com carácter permanente. Para a avaliação de frequência concorrem os trabalhos de avaliação realizados ao longo da vigência da disciplina.

Artigo 55

A avaliação de frequência pode tomar, entre outras, a forma de testes escritos, seminários, temas de desenvolvimento, trabalhos escritos ou experimentais, trabalhos de campo, realização de projectos e resolução de problemas práticos, ou outras formas.

2. A introdução de formas de avaliação diferentes das previstas no programa da respectiva disciplina ou actividade curricular carece de aprovação do Conselho de Faculdade responsável pela condução da actividade curricular em questão.

Artigo 56

Os trabalhos que concorrem para a avaliação de frequência realizam-se sob responsabilidade do docente da disciplina ou actividade curricular.

Artigo 57

1. Em cada semestre devem ser realizados, pelo menos, dois trabalhos de avaliação de frequência, por disciplina ou actividade curricular.

2. A introdução de formas de avaliação diferentes das previstas no programa da disciplina ou actividade curricular carece de aprovação do Conselho de Faculdade responsável pela condução da actividade curricular em questão.
3. Dependendo da especificidade de cada disciplina ou actividade curricular em leccionação, podem ser autorizados pelo Conselho de Faculdade que administra o curso outros tipos de avaliação que não estejam previstos no Artigo 49, idem em relação ao número mínimo de avaliações estabelecidas no número um do presente Artigo.

Artigo 58

Os resultados das avaliações de frequência previstas no programa de cada disciplina ou actividade curricular devem ser publicados até quinze (15) dias após a sua realização.

Artigo 59

1. A classificação de frequência é o resultado da média ponderada das notas obtidas nos trabalhos de avaliação semestral ou anual, conforme especificações dos programas temáticos ou analíticos de disciplina ou outra actividade curricular.
2. A nota de frequência deve ser publicada em pauta segundo o modelo em vigor no ISArC.
3. Compete ao Director Adjunto da faculdade para área de Graduação, a homologação e publicação das notas de frequência.

SECÇÃO IV

RECLAMAÇÃO DE RESULTADOS DE AVALIAÇÃO DE FREQUÊNCIA

Artigo 60

1. Assiste aos estudantes o direito de reclamar dos resultados de avaliação de frequência que forem oficialmente divulgados e a que tenham sido submetidos, de acordo com os regulamentos e as condições específicas de leccionação da disciplina.
2. A reclamação descrita no número anterior deve ser apresentada ao docente da disciplina.
3. Da decisão do docente, relativamente à reclamação, cabe recurso hierárquico ao Director da Faculdade que administra o curso, até 72 horas após a divulgação da nota, que nomeia o júri ou o docente que procede à reavaliação e apresentará os resultados da mesma no prazo de quinze dias.

4. A avaliação arbitrada nos termos do número anterior é definitiva e sobre ela não cabe qualquer tipo de recurso.

SECÇÃO V

AVALIAÇÃO FINAL

Artigo 61

1. Entende-se por avaliação final da disciplina ou de outra actividade curricular o exame ou outra forma de avaliação prevista no programa, cuja realização está condicionada ao cumprimento integral das actividades académicas previstas.
2. Destas avaliações fazem parte: o exame normal, o exame de recorrência, o exame extraordinário e o exame especial.

Artigo 62

1. Os exames normal e de recorrência têm lugar numa época de exames única, cujas datas são anunciadas anualmente através do calendário académico do ISArC.
2. Os estudantes que não se tenham apresentado ao exame, em período de recorrência, podem, mediante pagamento da taxa devida, por cada disciplina, requerer um exame extraordinário, a decorrer na primeira semana de aulas do semestre seguinte.
3. Considera-se de atender, para efeitos de exame extraordinário, devidamente justificados e comprovados, os seguintes motivos:
 - a) Falecimento de cônjuge, irmão, ascendente ou descendente do primeiro grau;
 - b) Parto;
 - c) Internamento hospitalar;
 - d) Motivos de força maior devidamente justificados;
4. O requerimento a que se alude no número dois do presente artigo deve ser dirigido ao Director da Faculdade que administra o curso, até sete (7) dias após a realização do exame de recorrência.

Artigo 63

A avaliação final pode ser escrita e/ou oral, e/ou prática, de acordo com o programa estabelecido para cada disciplina, actividade curricular ou curso.

Artigo 64

Para a realização dos exames ou outras formas de avaliação final de disciplina ou outra actividade curricular serão constituídos júris integrando dois ou mais docentes, dos quais um é nomeado presidente do júri.

Artigo 65

1. O presidente do júri é o docente responsável pela leccionação da disciplina ou actividade curricular.
2. Exceptuam-se aqui, os júris de avaliação de actividades de culminação de estudos, actividade que é regida por regulamentação própria e específica da faculdade.

Artigo 66

O júri pode congrega não só docentes do ISArC como também examinadores externos.

Artigo 67

Compete ao Director de Faculdade, nomear e publicar a lista dos júris para os exames de disciplina, que deverá ser afixada cinco (5) dias antes do início da época de exames.

Artigo 68

O júri preenche e assina a pauta de exame, segundo o modelo em uso no ISArC, que é entregue ao Director do Curso no prazo máximo de dez (10) dias, contados a partir da data de realização do exame.

Artigo 69

A pauta de exame é o único documento fidedigno para efeitos de Registo Académico das classificações dos estudantes.

SECÇÃO VI

ADMISSÃO E DISPENSA DE EXAME

Artigo 70

Serão admitidos a exame os estudantes que, tendo cumprido os requisitos dos programas e demais disposições regulamentares em vigor, tenham uma classificação de frequência igual ou superior a 10 valores.

Artigo 71

Ficam dispensados do exame final de disciplina os estudantes que observem cumulativamente as seguintes condições:

- a) Ter realizado na disciplina em causa, todas as avaliações previstas nas respectivas condições específicas de leccionação da disciplina;
- b) Ter obtido uma média de frequência igual ou superior a catorze (14) valores;
- c) Ter obtido uma classificação igual ou superior a dez (10) valores em todas as provas de avaliação de frequência.

Artigo 72

O disposto no artigo anterior não é extensivo para aquelas disciplinas que pela sua natureza não prevejam a dispensa do exame. Tal deve contudo, constar do programa analítico da respectiva disciplina.

SECÇÃO VII

EXCLUSÃO E REPROVAÇÃO NA DISCIPLINA

Artigo 73

Considera-se excluído de exame, o estudante abrangido por qualquer uma das seguintes situações:

- a) Avaliação de frequência inferior a dez (10) valores;
- b) Razões decorrentes da aplicação do número 2 do artigo 40, sobre faltas dadas pelo estudante às actividades curriculares de presença obrigatória;
- c) Razões disciplinares previstas no Capítulo X deste regulamento.

Artigo 74

Considera-se reprovado, o estudante abrangido por qualquer uma das seguintes situações:

- a) Classificação de exame inferior a 10 valores;
- b) Falta de comparência ao exame;
- c) Razões disciplinares previstas no Capítulo X deste regulamento.

SECÇÃO VIII
EXAME DE RECORRÊNCIA

Artigo 75

Pode apresentar-se ao exame de recorrência o estudante que:

- a) Tenha reprovado ao exame de época normal;
- b) Tenha faltado ao exame de época normal.
- c) Tenha declarado o seu interesse em repetir o exame com o objectivo de melhorar a sua classificação;

Artigo 76

A admissão ao exame de recorrência está sujeita ao pagamento de uma taxa, por cada disciplina. O pagamento é feito nos Serviços Centrais de Registo Académico, no período estabelecido para o efeito, segundo o calendário académico estabelecido no ISArC.

Artigo 77

Os resultados dos exames de recorrência devem ser publicados no prazo máximo de quinze (15) dias após a data da sua realização.

SECÇÃO IX
REPETIÇÃO DO EXAME NORMAL

Artigo 78

Os estudantes aprovados no exame normal de uma disciplina poderão, se o desejarem, submeter-se ao exame na subsequente época de recorrência com o objectivo de melhorarem a sua classificação.

Artigo 79

1. O estudante interessado em repetir o exame deve requerer ao Director da Faculdade que administra o curso onde o estudante se encontra inscrito, até cinco (5) dias após a data de publicação dos resultados dos exames normais.
2. A admissão ao exame para melhoramento da nota está sujeito ao pagamento da taxa correspondente.

Artigo 80

No caso de repetição de exame, prevalece, para todos os efeitos, a nota mais alta obtida pelo estudante nos dois exames.

SECÇÃO X EXAMES ESPECIAIS

Artigo 81

1. Os estudantes do último nível do curso que tenham reprovado num máximo de duas (2) disciplinas do curso, podem beneficiar de um terceiro exame nessas disciplinas, para lhes permitir finalizar os seus cursos sem mais atrasos.
2. O estudante que pretenda beneficiar do disposto no número anterior deve requerer autorização ao Director de Faculdade que administra o curso onde se encontra inscrito.
3. O estudante que se encontre nesta situação, se o desejar, pode requerer ao Director da Faculdade que administra o curso, um período de leccionação especial das respectivas disciplinas, em preparação destes exames, após pagamento das taxas devidas.
3. Estes exames têm lugar em época única.

SECÇÃO XI RECLAMAÇÃO DE RESULTADOS DE EXAME

Artigo 82

1. O estudante pode requerer, mediante pagamento da taxa, a revisão da prova de exame, até 72 horas após a divulgação da referida nota.
2. A reclamação do resultado de exame, escrito, prático ou oral é entregue nos Serviços Centrais do Registo Académico e dirigida ao Director da Faculdade que administra a disciplina que, verificado o pagamento da taxa devida, nomeia o júri que, com o máximo de independência, deve, por consenso, deliberar sobre a nota arbitrada.
3. O resultado da revisão da prova de exame arbitrado é irrecorrível e é dado a conhecer ao estudante num prazo máximo de quinze dias, contados a partir da data de entrega do pedido de revisão.

SECÇÃO XII
CLASSIFICAÇÃO FINAL DA DISCIPLINA

Artigo 83

A classificação final da disciplina obtém-se a partir da média ponderada entre a classificação do exame ou outra forma de avaliação final e a classificação de frequência, quando aplicável em conformidade com as indicações contidas no programa analítico de cada disciplina ou outra actividade curricular.

Artigo 84

No caso de dispensa de exame, a classificação final da disciplina é a classificação de frequência.

SECÇÃO XIII
AVALIAÇÃO FINAL DO CURSO

Artigo 85

1. A média final do curso obtém-se a partir da média ponderada entre a classificação do trabalho final do curso e a classificação final das disciplinas, em conformidade com as indicações contidas no plano de estudos dos respectivos cursos e demais disposições regulamentares em vigor no ISArC.
2. Nos cursos em que não se realiza o trabalho final do curso, a média final do curso é igual à média ponderada da classificação final das disciplinas.

CAPÍTULO VIII
EQUIVALÊNCIA DAS DISCIPLINAS FEITAS
SECÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 86

1. Estão previstos três tipos de pedidos de equivalências:
 - a) De disciplinas de cursos da mesma Faculdade;
 - b) De disciplinas de cursos de diferentes Faculdades;
 - c) De disciplinas de cursos de outras Universidades ou Instituições de Ensino Superior.

2. As equivalências referidas nas alíneas a) e b) do presente artigo devem ser solicitadas ao Director Geral Adjunto para Área Científico-Pedagógica, devendo o parecer e devida fundamentação serem emitidos pelo docente responsável pela disciplina na qual se solicita a equivalência.
3. As equivalências referidas na alínea c) do presente artigo devem ser solicitadas ao Director Geral, devendo o parecer e devida fundamentação serem emitidos pelo docente responsável pela disciplina na qual se solicita a equivalência.
4. Os pareceres devem ser fundamentados tendo como base comparativa os conteúdos programáticos e Carga Horária da disciplina feita pelo requerente no curso de proveniência, e os correspondentes no ISArC.

Artigo 87

1. Compete ao Director Geral atribuir as equivalências referidas na alínea c) do número 1 do artigo anterior.
2. Compete ao Director Geral Adjunto para Área Científico-Pedagógica atribuir as equivalências referidas nas alíneas a) e b) do número 1 do artigo anterior.

SECÇÃO II

INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS

Artigo 88

1. Os pedidos de equivalência para a mudança de um curso para o outro, da mesma faculdade, devem ser instruídos na mesma faculdade e com os seguintes documentos:
 - a) Requerimento dirigido ao Director Geral-Adjunto para Área Científico-Pedagógica;
 - b) Fotocópia autenticada de mudança de curso (para as situações em que o requerente tenha beneficiado de autorização para mudança de curso) ou fotocópia da pauta dos exames de admissão (caso a mudança de curso tenha sido por via desta);
 - c) Certificado de disciplinas feitas no curso de proveniência;
 - d) Programas analíticos das disciplinas feitas (originais ou fotocópias autenticadas).
2. Os pedidos de equivalência para mudança de um curso para o outro, de faculdades distintas, dentro do ISArC, ou de outras Universidades ou Instituições de Ensino Superior para o ISArC, devem ser instruídos nos Serviços Centrais de Registo Académico mediante apresentação dos seguintes documentos:
 - a) Requerimento dirigido ao Director-Geral;

- b) Fotocopia autenticada de autorização de ingresso (caso o requerente tenha beneficiado de isenção de Exames de Admissão) ou fotocópia dos seus exames de Admissão (caso o ingresso do requerente tenha sido por esta via);
- c) Fotocopia autenticada do certificado de disciplinas feitas pelo requerente na faculdade, Universidade ou Instituições de ensino superior de proveniência e respectivas avaliações (original ou fotocópias autenticadas);
- d) Programas analíticos das disciplinas feitas (originais ou fotocópias autenticadas).

3. Os programas analíticos das disciplinas devem conter:

- a) A respectiva carga horária, salvo os casos em que conste de outro documento apresentado a parte;
- b) As páginas devem ser numeradas e com chancela da instituição de proveniência ou selo branco.

Artigo 89

As equivalências são atribuídas nos casos em que:

- a) Os conteúdos e as cargas horárias dos programas apresentados pelo requerente coincidem com os das disciplinas correspondentes no curso pretendido ou frequentado no ISArC;
- b) Os conteúdos e/ou as cargas horárias dos programas apresentados pelo requerente não coincidem com os das disciplinas correspondentes no curso pretendido ou frequentado no ISArC, mas a percentagem de cobertura dos conteúdos programáticos e carga horária, seja no mínimo de 75%.

SECÇÃO III

TAXAS DE EQUIVALÊNCIAS

Artigo 90

- 1. Os pedidos de equivalência são sujeitos ao pagamento de uma taxa por disciplina, a ser saldada no acto da instrução do processo, independentemente, de a equivalência vir ou não a ser atribuída.
- 2. Para o cálculo da taxa, o requerente deve arrolar o número de disciplinas para as quais pede equivalência e a respectiva duração (se é semestral ou anual).
- 3. Caso o requerente não observe o número anterior, o cálculo será feito tendo em conta o número de disciplinas da instituição de proveniência nas quais tenha obtido aproveitamento e cujos programas analíticos tenha apresentado.

CAPÍTULO IX
CULMINAÇÃO DE ESTUDOS
SECÇÃO I
PROVAS DE CULMINAÇÃO DE ESTUDOS

Artigo 91

1. A prova de culminação de estudos marca o fim do processo de ensino-aprendizagem num determinado curso.
2. Para a prova de culminação de estudos, o candidato apresenta-se perante o júri para:
 - a) Defesa pública de uma monografia, um trabalho de fim de curso ou relatório de estágio;
 - b) Trabalho prático sobre um tema pré-seleccionado e aprovado.
3. A realização das provas de culminação de estudos obedece ao estipulado no Regulamento dos Trabalhos de Culminação de Estudos.

SECÇÃO II
CONSTITUIÇÃO DE JÚRIS

Artigo 92

1. Os júris de exames de culminação de estudos são constituídos por um mínimo de três e um máximo de cinco membros de competência científica ou técnica reconhecida na área de avaliação.
2. Podem fazer parte do júri, docentes do ISArC e examinadores externos convidados.
3. O presidente é sempre um docente do ISArC.
4. A nomeação dos júris é da competência do Director da Faculdade que ministra o curso, sob coordenação do Director Adjunto da faculdade para Área de Pós-Graduação.

Artigo 93

1. As provas de culminação de estudos não podem ter uma duração superior a sessenta minutos.
2. Compete ao presidente do júri, gerir o tempo da prova, sendo destinados, obrigatoriamente, do fundo de tempo acordado pelo júri:
 - a) O máximo de vinte minutos para apresentação do trabalho;
 - b) O máximo de vinte minutos à arguição;
 - c) O máximo de vinte minutos às respostas do candidato;

Artigo 94

1. O estudante que não tenha sido aprovado numa prova de culminação de estudos pode, a qualquer momento, requerer nova prova.
2. Aquele que não for aprovado, deve apresentar-se a nova prova, sujeitando-se a nova inscrição na disciplina que o habilita a apresentar-se à defesa.
3. O Director de Curso propõe ao Director da Faculdade que administra o curso, a quem cabe decidir, a data, a hora e o júri que é, em princípio, o das provas anteriores.
4. A inscrição referida no número anterior realiza-se no período estabelecido no calendário académico.

Artigo 95

1. A classificação final do curso tal como referida no artigo 83 do presente regulamento é a média ponderada das médias finais de cada disciplina do plano de estudos e a prova de culminação de estudos.
2. O plano de estudos fixa o peso relativo de cada disciplina na classificação final do curso.
3. Na atribuição da classificação final do curso faz-se corresponder a escala numérica às seguintes classificações:
 - a) 19-20 valores: Excelente
 - b) 17-18 valores: Muito Bom
 - c) 14-16 valores: Bom
 - d) 10-13 valores: Suficiente

CAPÍTULO X

RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR

SECÇÃO I

INFRACÇÕES DISCIPLINARES

Artigo 96

1. Ao estudante que viole os seus deveres, abuse dos seus direitos ou da boa-fé dos órgãos ou dirigentes académicos ou que de qualquer maneira prejudique o prestígio do ISArC serão aplicadas sanções disciplinares, sem prejuízo de procedimento criminal ou civil.

2. A responsabilidade disciplinar é individual, independente e não exime o infractor de assumir a responsabilidade criminal e ou civil que a sua conduta der lugar.

Artigo 97

São infracções disciplinares às seguintes:

1. Desrespeito às autoridades académicas, ameaças e injúrias contra dirigentes, docentes e funcionários da instituição;
2. Uso indevido ou abusivo do nome, do equipamento e instalações da instituição, furto, roubo e danificação de propriedades do ISArC.
3. Qualquer acto ou tentativa de falsificação de identificação, de declaração, de assinatura e entrega de falsos documentos durante os processos de admissão, matrícula, inscrição, mudança de curso, equivalência, reingresso e de obtenção de bolsa de estudo, isenção e redução de propinas no ISArC.
4. O plágio e qualquer acto ou tentativa de utilização, obtenção, cedência ou transmissão de informações, opiniões ou dados, pelo próprio, por intermédio de ou com a cumplicidade de outrem, nomeadamente através de livros, cábulas e outras fontes, realizada por meios escritos, orais ou gestuais antes e durante a realização de provas de avaliação.
5. Falsificação de assinaturas em listas de presenças em actividades curriculares e em trabalhos e provas de avaliação;
6. Frequência de aulas em regime distinto do da sua inscrição sem a devida autorização;
7. O suborno de docentes ou de funcionários da instituição, visando:
 - a) Adulterar ou viciar normas, regras ou procedimentos estabelecidos pela instituição e/ou;
 - b) Obter elementos de provas de avaliação antes da sua realização e/ou;
 - c) Adulterar ou viciar a classificação obtida nas provas de avaliação e/ou nas pautas publicadas;
8. Venda, consumo e posse de estupefacientes, ou estado de drogado nas Instalações do ISArC;
9. Realização de cerimónia de recepção de caloiros, não autorizada pelo Director da Faculdade ou a sua realização fora dos parâmetros institucionais que regem esta actividade.

SECÇÃO II

SANÇÕES

Artigo 98

A ocorrência de actos descritos na secção I do presente Capítulo, e de acordo com a sua gravidade, independentemente do procedimento criminal correspondente, conduzem à aplicação das seguintes sanções:

- a) Repreensão oral na presença da turma;
- b) Repreensão registada e afixação pública da mesma;
- c) Indemnização pelos danos causados;
- d) Exclusão ou reprovação na disciplina em causa e sem direito a exame de recorrência;
- e) Sanção descrita na alínea anterior acrescida de anulação da inscrição nas restantes disciplinas;
- f) Interdição da inscrição no semestre subsequente ao do acto;
- g) Perda dos direitos e regalias relacionadas com bolsa de estudo, isenção ou redução de propinas, por um período mínimo de um ano;
- h) Interdição de admissão, matrícula, inscrição ou reingresso durante o período mínimo de um (1) ano;
- i) Interdição definitiva de ingresso no ISArC;
- j) Expulsão do ISArC.

Artigo 99

1. As sanções descritas no número anterior serão aplicadas de acordo com a gravidade do acto praticado, com a ocorrência de reincidência ou de acumulação de actos referidos no artigo 97.
2. Para todos efeitos legais, concorrendo pelo menos uma circunstância agravante a pena aplicável será a imediatamente superior.

Artigo 100

1. Aplicar – se - à pena de repreensão oral na presença da turma ao estudante que praticar as seguintes infracções:
 - a) Atrasos sistemáticos às aulas;
 - b) Faltas injustificadas equivalentes a 10% da carga horária obrigatória do estudante;
 - c) Desrespeito aos colegas.

2. A pena de repreensão registada será aplicada ao estudante que praticar qualquer uma das seguintes infracções:

- a) Uso indevido dos bens da instituição;
- b) Desrespeito às autoridades académicas e funcionários da instituição;
- c) Desobediência às ordens e ou instruções legais das autoridades académicas;

3. A pena de multa e indemnização pelos danos causados será aplicada ao estudante que danificar bens da instituição ou causar perdas a mesma.

4. A pena de exclusão ou reprovação na disciplina ou actividade curricular em causa, sem direito a exame de recorrência, será aplicada ao estudante que praticar:

- a) Fraude académica;
- b) Plágio;
- c) Falsificação de assinaturas em listas de presenças em actividades curriculares;
- d) Falsificação de assinaturas em trabalhos e provas de avaliação;

5. A anulação da inscrição nas restantes disciplinas ou actividades curriculares será aplicada ao estudante que praticar:

- a) Qualquer um dos actos previstos no número anterior, com reincidência de ocorrência;
- b) Não respeitar o regime de precedências estabelecidas no curso em vigor no ISArC;
- c) Frequentar aulas em regime distinto do da sua inscrição sem a devida autorização;

6. A pena de interdição da inscrição no semestre seguinte será aplicada ao estudante que:

- a) Ameaçar, injuriar, ofender corporalmente ou difamar as autoridades académicas, colegas ou funcionários;
- b) Furtar, roubar ou desviar bens da instituição;
- c) Praticar fraude académica ou plágio com reincidência, acumulação ou sucessão de infracções;
- d) Falsificar assinaturas em lista de presenças em actividades curriculares em trabalhos e provas de avaliação; com reincidência, acumulação ou sucessão de infracções;
- e) Praticar ou facilitar a distribuição onerosa ou gratuita de parte ou totalidade duma prova de avaliação antes ou durante a sua realização;
- f) Falsificar ou adulterar a classificação obtida na prova de avaliação;
- g) Usar documento falso ou falsa identidade para a obtenção de vantagens académicas, financeiras e ou profissionais.

7. A perda dos direitos e regalias relacionadas com a bolsa de estudo, isenção ou redução de propinas, por um período mínimo de 1 ano, será aplicada ao estudante que praticar as infracções constantes do Regulamento de Bolsas;

8. Será definitivamente interdito de ingressar e ou expulso do ISArC o estudante que praticar qualquer uma das seguintes infracções:

- a) Organizar e ou aderir a uma greve ou manifestação ilegal;
- b) Bloquear acessos às instalações do ISArC;
- c) Praticar actos de sabotagem;
- d) Praticar actos não previstos neste regulamento que resultem em injúria física contra dirigentes, docentes, funcionários e discentes;
- e) Praticar outros actos não previstos neste regulamento que resultem em danos a propriedades e ao bom nome da Instituição.

Artigo 101

Para efeitos do presente regulamento:

- a) Repreensão oral na presença da turma – é a advertência oral feita pelo docente diante dos colegas da turma, ao estudante que praticar infracções constantes das alíneas a), b) e c) do número 1 do artigo 97,
- b) Repreensão registada e afixação publica da mesma – e a advertência escrita, feita por uma autoridade académica ao estudante que praticar as infracções constantes das alíneas a), b), c) e d) do número 2 do artigo 97, a qual é depositada, no processo individual do estudante, depois de afixada em lugares de estilo da Faculdade, Escola ou Departamento onde o estudante esta inscrito;
- c) Indemnização pelos danos causados – consiste na compensação efectuada ao ISArC, pelo estudante que praticar as infracções de que resultem danos e ou perdas para a instituição.
- d) Exclusão ou reprovação na disciplina ou actividade curricular em causa sem o direito ao exame de recorrência – consiste na não admissão ao exame ou na frequência sem aproveitamento na disciplina ou na actividade curricular em questão; com a consequente perda do direito de realização do exame de recorrência, do estudante que praticar as infracções constantes das alíneas a), b), c) e d) do número 4 do artigo 97;
- e) Anulação da inscrição nas restantes disciplinas ou actividades curriculares, consiste na aplicação da sanção descrita na alínea c) acrescida da invalidação da inscrição das restantes disciplinas ou actividades curriculares ao estudante que praticar as infracções constantes das alíneas a), b), c) e d) do número 5 do artigo 97 e, concorrendo pelo menos uma circunstância agravante;

- f) Interdição da inscrição no semestre subsequente ao do acto – consiste na perda do direito de frequência do semestre do semestre seguinte ao da ocorrência da infracção pelo estudante que praticar as infracções constantes das alíneas a), b), c), d), e g) do número 6 do artigo 97;
- g) Interdição de admissão, matrícula, inscrição ou reingresso durante o período mínimo de um (1) ano e máximo de três (3) anos – consiste na perda do direito de admissão, de matrícula ou de reingresso ao ISArC, por um período não inferior a doze (12) meses, ao estudante que praticar as infracções constantes das alíneas a), b), c), d), e f) e g) do número 6 do artigo 97, com a concorrência de pelo menos uma circunstância agravante;
- h) Perda dos direitos e regalias relacionadas com a bolsa de estudos, isenção ou redução de propinas, por um período de um (1) ano – consiste na retirada, por um período não inferior a doze (12) meses, dos benefícios da condição de bolseiro ao estudante que praticar as infracções constantes do Regulamento de Bolsas;
- i) Interdição definitiva de ingresso no ISArC – consiste no impedimento de ingressar em definitivo no ISArC, o estudante que praticar as infracções constantes das alíneas a), b), c), d), e e) do número 8 do artigo 97, com a concorrência de duas ou mais circunstâncias agravantes.
- j) Expulsão do ISArC – consiste na quebra do vínculo existente entre o ISArC e o estudante que praticar as infracções constantes das alíneas a), b), c) d) e e) do número 8 do artigo 97, e concorrência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

Artigo102

Com excepção da sanção indicada na alínea a) do artigo 98, a aplicação das restantes penas esta sujeita a registo no processo individual do estudante infractor.

SECÇÃO III

COMPETÊNCIAS PARA A APLICAÇÃO DE SANÇÕES

Artigo103

1. Compete ao docente a aplicação das sanções previstas nas alíneas a) e b) do artigo 98.
2. Compete ao Director do curso ou Chefe de Departamento Académico a aplicação da sanção estabelecida na alínea c) e d) do artigo 98.
3. Compete ao Director da Faculdade a aplicação das sanções previstas nas alíneas e) e f) do artigo 98.

4. Compete ao Director Geral Adjunto para área Científico-Pedagógica a aplicação das sanções previstas nas alíneas g), e h) do artigo 98.

5. Compete exclusivamente ao Director Geral a aplicação das sanções previstas nas alíneas i) e j) do artigo 98.

Artigo 104

A competência do superior hierárquico abrange a dos subalternos.

SECÇÃO IV

PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DE SANÇÕES

Artigo 105

A aplicação de todas as sanções previstas na secção II carece de participação escrita da ocorrência no prazo de cinco (5) dias, contados a partir da data da constatação do acto, ao:

- a) Director da Faculdade que administra o curso em que o estudante se encontra matriculado, quando verificada a nível da faculdade;
- b) Director do órgão central em que tiver sido verificada a mesma;
- c) Director Geral, quando verificada em outras circunstâncias.

Artigo 106

A participação da ocorrência poderá ser feita por qualquer elemento da comunidade universitária ou exterior a ela, que tenha conhecimento da prática do acto.

Artigo 107

As sanções previstas nas alíneas a), b) e d) do artigo 98, secção II, podem ser aplicadas em processo sumário.

Artigo 108

A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas de d) a j) do artigo 98 é precedida da instauração de um processo disciplinar, do qual conste a/o:

- a) Participação fundamentada da infracção praticada;
- b) Nota de culpa, especificando as infracções cometidas, a data, hora e local da prática e prova produzida;
- c) Cópia da notificação ao infractor da nota de culpa;

- d) Defesa do infractor;
- e) Relatório do encerramento, contendo a análise, as condições, as circunstâncias atenuantes e agravantes e, a proposta de pena a aplicar.

Artigo 109

1. A instauração do processo disciplinar começa com a notificação do infractor da nota de culpa.
2. O infractor tem o prazo máximo de 8 dias a partir da notificação para deduzir a sua defesa por escrito, oferecendo provas e ou requerendo a realização de diligências complementares.
3. Iniciada a instauração do processo disciplinar, o instrutor deverá concluir num prazo máximo de 30 dias, prorrogáveis por 10 dias, mediante autorização expressa do Director da Faculdade.
4. Concluída a instrução do processo, que deve incluir a proposta da pena, o instrutor do processo remete-o para a decisão da autoridade competente.
5. Se, decorrido o prazo de sessenta (60) dias após o início do processo disciplinar sem que o infractor tenha sido notificado da decisão, esta caduca.
6. O infractor tem um período máximo de cinco (5) meses, após o conhecimento da infracção, para exercer o direito do exercício da acção disciplinar.

Artigo 110

Para efeitos do presente regulamento, o docente ou membro do CTA que assume cargo de chefia, é autoridade académica, podendo constatar a infracção e o facto violador da norma, informar ao infractor que lhe será instaurado um processo disciplinar e instruir um processo disciplinar.

SECÇÃO V

CIRCUNSTANCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES

Artigo 111

1. Na apreciação e aplicação das penas atender-se-ão às circunstâncias atenuantes e agravantes.
2. São circunstâncias atenuantes:
 - a) A confissão espontânea;
 - b) A falta de intenção dolosa;
 - c) A falta ou o reduzido prejuízo resultante da conduta do infractor;

- d) A possibilidade de reparação do prejuízo causado;
- e) A falta de antecedentes disciplinares,
- f) O bom aproveitamento pedagógico;
- g) A participação positiva nas actividades curriculares ou extracurriculares da turma e ou da instituição;
- h) Outras circunstâncias capazes de atenuar o grau de culpa do infractor;

3. São circunstâncias agravantes:

- a) A falta de confissão espontânea;
- b) A intenção dolosa;
- c) A publicidade da infracção pelo próprio infractor;
- d) A premeditação;
- e) O grau elevado dos prejuízos causados;
- f) A reincidência;
- g) A acumulação e a sucessão de infracções;
- h) O mau ou deficiente aproveitamento pedagógico;
- i) Outras circunstâncias capazes de agravar o grau de culpa do infractor.

Artigo 112

A responsabilidade disciplinar é independente e não exime o infractor de assumir responsabilidade criminal e ou civil que a sua conduta der lugar.

SECÇÃO VI

IMPUGNAÇÃO E TRAMITAÇÃO DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

Artigo 113

A aplicação das sanções previstas no presente regulamento é susceptível de Impugnação por via de reclamação, recurso hierárquico e do contencioso Administrativo.

Artigo 114

1. A reclamação é dirigida por escrito pelo reclamante à autoridade académica que tiver aplicado a pena no prazo de oito (8) dias a partir do conhecimento da sanção aplicada.
2. O recurso hierárquico é submetido ao superior hierárquico da autoridade académica que tiver aplicado a sanção dentro de dez (10) dias a partir do conhecimento da pena aplicada.

3. A impugnação contenciosa é submetida ao Tribunal Administrativo dentro do prazo legal e nos termos estabelecidos na respectiva lei processual.
4. A autoridade académica que tiver aplicado a sanção tem vinte (20) dias para decidir sobre a reclamação e o superior hierárquico desta autoridade académica tem trinta (30) para decidir sobre o recurso hierárquico.

Artigo 115

1. O recurso hierárquico é submetido e tramitado a partir do gabinete da autoridade académica que tiver aplicado a sanção, devendo este emitir a sua apreciação sobre o recurso interposto antes de o enviar para o superior hierárquico competente para decidir sobre o mérito da causa.
2. É irrecorrível a sanção prevista na alínea a) do artigo 105.

Artigo 116

1. A reclamação e o recurso deverão ter fundamentos de facto e de direito e das disposições regulamentares violadas.
2. Será rejeitada a impugnação que for submetida fora do prazo.
3. Será indeferida liminarmente a impugnação que não for clara, comprovada ou que contiver injúrias, difamação ou ameaças contra as autoridades académicas.

Artigo 117

A impugnação a que se refere a presente secção tem efeitos meramente devolutivos.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 118

Os casos omissos e duvidosos, ou quaisquer excepções serão resolvidos por despacho do Director-Geral do Instituto Superior de Artes e Cultura.